

## **Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica<sup>1</sup>**

**Cristina Parente**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**Rui Santos**

Câmara Municipal de Santo Tirso  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**Madalena Ramos**

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa  
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

### **Resumo**

Este artigo avalia, de um ponto de vista sociológico, as motivações e as repercussões formativas da frequência de formações em agricultura biológica a partir de uma abordagem extensiva baseada num inquérito *on-line*. Os resultados revelam uma alteração para comportamentos alimentares saudáveis, nomeadamente marcados pelo consumo de alimentos biológicos. Associam-se igualmente efeitos positivos para a saúde revelados pelo aumento da atividade física e bem-estar, bem como redução do *stress* e cansaço. Parece haver uma tendência para os formandos melhorarem a sua qualidade de vida, ao mesmo tempo que assumiram uma maior consciência ambiental. Porém, a frequência do curso não foi uma oportunidade para mudar sua atividade profissional.

Palavras – chave: agricultura biológica, formação, repercussões

*Motivations and effects of training in organic farming in an urban context: a sociological approach*

### **Abstract**

In a sociological perspective, this article evaluates the motivations and the formative repercussions of the frequency of training in organic farming from an extensive approach based on a survey online. The results reveal a change to healthy eating behaviours, notably marked by the consumption of organic foods. While at the same time, due to increased physical activity, revealing positive health effects, and well-being as well as reduced stress and tiredness. There seems to be a tendency for quality of life improvement, while at the

---

<sup>1</sup> O artigo resulta de um aprofundamento sociológico da base de dados recolhida no âmbito da tese de mestrado em agricultura biológica desenvolvida no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, da autoria de Cristina Ferreira (Ferreira, 2017), orientada por Cristina Parente e coorientada por Isabel Mourão. Os autores agradecem à autora, bem como à Academia Lipor a disponibilidade dos dados analisados agora de um ponto de vista sociológico.

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

greater environmental awareness. However, attending the course was not an opportunity to change their professional activity.

Keywords: organic farming; training; effects.

*Motivations et effets de la formation en agriculture biologique en contexte urbain: une approche sociologique*

**Resumé**

Cet article évalue d'un point de vue sociologique les motivations et les répercussions formatives du suivi de formations en agriculture biologique, par une enquête basée sur des questionnaires en ligne. Les résultats révèlent meilleurs comportements alimentaires, notamment marqués par la consommation d'aliments biologiques. Cette observation a été fortement corrélée avec des effets positifs sur la santé révélés par une augmentation de l'activité physique et du bien-être, ainsi que par une réduction du stress et de la fatigue. Les stagiaires semblent vouloir améliorer leur qualité de vie, tout en ayant acquis une meilleure conscience de l'environnement. Néanmoins, la présence à la formation n'a pas été saisie comme une opportunité de changer leur activité professionnelle.

Mots-clés: agriculture biologique; formation; effets.

*Motivaciones y efectos de la capacitación en agricultura orgánica en un contexto urbano: un enfoque sociológico*

**Resumen**

Este artículo evalúa desde un punto de vista sociológico las motivaciones y las repercusiones formativas de la participación a una formación en agricultura biológica, por un estudio basado en unos cuestionarios online. Los resultados revelan un cambio para mejores comportamientos alimentarios, especialmente marcados por un consumo de productos biológicos. También observamos efectos positivos sobre la salud, revelados por una aumentación de la actividad física e del bienestar, así como una reducción del estrés e del cansancio. Parece que hay una tendencia de los aprendices para mejorar su calidad de vida, al mismo tiempo que adquirieron una mejor conciencia ambiental. Sin embargo, la participación a la formación no fue una oportunidad para cambiar su actividad profesional.

Palabras clave: agricultura biológica; formación; efectos.

**Introdução**

A agricultura biológica tem evoluído e despertado a atenção de agricultores, cidadãos, investigadores e governantes, estando a ser alvo de um crescimento sem precedentes. Produção e proteção integradas, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, permacultura remetem para uma diversidade de conceitos que se vêm desenvolvendo em rutura com os conceitos da Revolução Verde dos anos 50-60 do século passado (Mazoyer e Roudart, 2009) e se são praticadas

mais recentemente como alternativas a uma agricultura industrializada em modo de produção intensivo que esgota e contamina os recursos naturais e produz, por várias ordens de razões, alimentos pouco saudáveis e nutritivo. Paralelamente, a crescente preocupação com a saúde, bem-estar e ambiente tem levado a uma maior procura da produção biológica por parte dos consumidores, recorrendo à aquisição, ou produção própria, em modo mais saudável (Truninger, 2010, p. 72-76). É exemplo disso o aumento de adeptos de hortas urbanas e o aumento da literacia sobre este modo de produção e benefícios associados (CE, 2014), bem como a recentemente elaborada Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB, 2017), que inclui um Plano de Ação para a produção e promoção de produtos biológicos. Os consumidores mostram preocupação com a segurança alimentar, com o valor nutricional e sabor dos alimentos e com a sustentabilidade dos ecossistemas (Truninger, 2010), sendo por isso expectável que mais produtores se interessem por esta prática.

É neste contexto que se afigurou pertinente desenvolver um estudo avaliativo acerca da formação em agricultura biológica em contexto urbano, de modo a captar as motivações dos formandos para tal investimento formativo, bem como as suas repercussões nas várias dimensões da vivência humana. Avaliar os efeitos da frequência da formação aos níveis profissional, de consumo e hábitos alimentares, bem como sociais, comunitários e ambientais, foi o objetivo geral que guiou a abordagem extensiva que nos propomos desenvolver neste artigo.

### **Agricultura biológica em contexto urbano**

A agricultura biológica em contexto urbano é o mote para a discussão das motivações e repercussões dos investimentos formativos.

A produção biológica atua de forma mais sustentável nos sistemas de produção de alimentos, melhora a fertilidade dos solos, preserva a biodiversidade, emite menor quantidade de gases de efeito de estufa e potencia a redução da produção de resíduos orgânicos (FAO, 2007; Mourão e Brito, 2012; Smith *et al.*, 2018), excluindo a utilização de produtos químicos de síntese na forma de adubos, pesticidas ou reguladores de crescimento. Por ser mais sustentável, a agricultura biológica garante a produção de alimentos a longo prazo e contribui, ainda, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida das pessoas e de todos os outros seres vivos. Por estes motivos, a agricultura biológica tem vindo a ganhar destaque na sociedade quer pela produção de alimentos saudáveis, quer pelo menor impacto ambiental decorrente da sua produção, em comparação com a agricultura convencional (por exemplo Tuomisto *et al.*, 2012). Deste modo, tem sido apontada como um dos caminhos para o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos recursos naturais (FAO, 2007; ENAB, 2017).

O estudo das implicações para a saúde humana dos alimentos biológicos tem revelado que estes podem reduzir o risco de doenças alérgicas, obesidade e outras (Schmutz *et al.*, 2014), embora numa recente revisão da literatura tenha sido referido que as evidências não são conclusivas (EP, 2016). No entanto, em geral os consumidores de alimentos biológicos tendem a ter padrões dietéticos mais saudáveis. Sabe-se, por exemplo, que o uso de antibióticos na produção animal convencional é um dos principais fatores de resistência aos antibióticos nas pessoas. Ora, a produção biológica tende a optar por práticas de prevenção de doenças nos animais e a usar menores quantidades de antibióticos ou mesmo a bani-los e nesta medida pode minimizar esse risco de resistência, com benefícios potencialmente consideráveis para a saúde pública (EP, 2016).

A agricultura urbana consiste numa atividade que se desenvolve nas cidades ou nas suas imediações, praticada em pequenas áreas, com o objetivo de satisfazer as necessidades da população urbana (FAO, 2012). A produção resultante destina-se ao autoconsumo, troca ou oferta, ou, ainda, a ser comercializada em circuitos curtos e informais. Em muitos países, as hortas comunitárias aumentaram com o rápido crescimento das cidades (De Bon e Parrot, 2010) e a agricultura urbana desempenha um papel relevante para diferentes aspetos da sociedade. A prática da agricultura urbana surge, em muitas situações, como resposta a períodos de crise económica, desemprego ou baixos salários, obtendo-se assim um rendimento complementar aos orçamentos das famílias, mas também promove a integração social de pessoas pertencentes a áreas mais desfavorecidas da sociedade urbana (Miguens *et al.*, 2011).

O movimento de desenvolvimento urbano impulsionado pelas comunidades e políticas municipais locais, como são as hortas comunitárias em meio urbano, tem aumentado significativamente em todo o mundo (EUGO 2012; Bryant *et al.*, 2016; Delgado, 2017; Partalidou e Anthopoulou, 2017) e apresentam uma grande riqueza em recursos físicos, psicológicos e relacionais (Poulsen *et al.*, 2014). Em Portugal a agricultura urbana inclui as hortas comunitárias, as quintas urbanas e as cadeias alimentares curtas, que geralmente surgem em terreno público e institucional e são apoiadas por municípios (Delgado, 2017).

A motivação dos seus praticantes e utilizadores é variável. Vários estudos têm evidenciado efeitos benéficos da horticultura no bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, principalmente pelo contacto com a natureza, a redução do stress e o aumento da atividade física (Hawkins *et al.*, 2011; Davies *et al.* 2014; Axel *et al.* 2016). Tem sido reconhecido que a prática da horticultura e jardinagem têm efeitos benéficos para a saúde e para o bem-estar, existindo por parte da comunidade científica um crescente interesse nesta área (Davies *et al.*, 2014). Os benefícios específicos para a saúde foram também documentados em projetos de hortas comunitárias nos Estados Unidos (Catanzaro e Ekanem, 2004).

Estes estudos demonstram que as hortas urbanas possuem inúmeros benefícios quer para os hortelãos/horteloas, quer para a comunidade onde estão inseridos. Agrupam em si três aspetos chave do desenvolvimento sustentável: justiça social, desenvolvimento económico e proteção ambiental, porque contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade (Pinto, 2007).

Os praticantes são beneficiados pelo contacto com as plantas e com a natureza, desempenhando as hortas e jardins um papel importante na vida de muitos cidadãos, influenciando positivamente o seu bem-estar. Para além deste contributo na vida das pessoas, o estudo desenvolvido por Dunnet e Qasim (2010) sobre os benefícios percebidos para o bem-estar dos utilizadores de espaços verdes urbanos demonstrou que os jardins e hortas urbanas fortalecem os valores de vizinhança e de comunidade.

As hortas urbanas comunitárias são, assim, consideradas como um método promissor para melhorar o bem-estar e a resiliência dos indivíduos e das comunidades urbanas (Okvat e Zautra, 2011) e fortalecem os valores de vizinhança e de comunidade (Dunnet e Qasim, 2010). Deste modo, as hortas urbanas comunitárias combinam com a recomendação de medidas, para além de medidas económicas, que devem existir para a melhoria do bem-estar das sociedades (Stiglitz *et al.*, 2009). Num estudo recente realizado nas hortas biológicas urbanas do Parque da Devesa, em Vila Nova de Famalicão, foi sugerido que estas representam um meio de melhorar o bem-estar dos seus utilizadores, contribuindo positivamente para o sentimento individual de felicidade e satisfação com a vida e, ainda, para a mudança de comportamentos e desenvolvimento de capacidades pessoais (Mourão *et al.*, 2018). A literatura tem sugerido que um elevado bem-estar subjetivo leva a uma série de resultados benéficos, incluindo saúde e longevidade, relações sociais de suporte, produtividade do trabalho e cidadania, e que este bem-estar não só se relaciona com esses resultados benéficos, como também os proporciona (Lyubomirsky *et al.*, 2005 Whelan e Zelenski 2012, Diener *et al.*, 2015, Diener *et al.*, 2017).

A qualificação profissional, a aquisição de conhecimentos e de competências sociais dos cidadãos, representam, hoje em dia, um desafio das sociedades da informação e do conhecimento. Em particular, a formação em agricultura biológica não só permite garantir práticas de produção biológica, mas também contribui para a literacia ecológica dos cidadãos, através da introdução e consolidação de conceitos como agroecossistemas, compostagem, biodiversidade, controle biológico e outros. Uma maior sensibilização ambiental contribui para melhorar o conhecimento ecológico e a compreensão dos cidadãos, o que está positivamente relacionado com o conceito de sustentabilidade (Pitman *et al.*, 2018), alinhando com as preocupações fundamentais da humanidade visíveis nomeadamente no Programa de Ação da União para o Meio Ambiente até 2020: "Viver bem, dentro dos limites de nosso planeta" (EU, 2013).

De acordo com as teorias clássicas sobre o conteúdo da motivação, seja de Maslow, de Herzberg ou de Alderfer, o objetivo da aquisição de conhecimentos sobre agricultura biológica remete para um campo motivacional de nível superior no sentido em que não se dirigem para a satisfação de necessidades básicas, designadas de fatores higiénicos segundo Herzberg (1964), de necessidades fisiológicas e de segurança na aceção de Maslow (1943), ou ainda existenciais na proposta de Aderfer (1967). Trata-se de responder a fatores intrínsecos que promovem a satisfação (Herzberg, 1964), respostas para necessidades sociais, de auto-estima e de autoatualização (Maslow, 1943) ou ainda de afiliação e crescimento (Alderfer, 1967).

A opção pela prática de agricultura biológica é um ato individual, todavia pautada por condições ambientais que devem ser chamadas à discussão para percebermos as lógicas subjacentes a esta prática concreta. Fatores económicos, sociais, culturais, de carácter material e simbólico, interatuam entre si para explicar as diferenças e semelhanças sociais, permitindo-nos identificar aquilo que num contexto mais amplo Max Weber afirmava serem as “afinidades eletivas” entre visões de mundo e interesses de classes e que vai mais além do que uma relação causal, ao propor uma visão de congruência e atração recíproca (Löwi, 2011). Vale a pena relembrar Maslow

Tentamos perceber, a partir de uma ótica classista, que relação existe entre esta prática e os lugares de classe ocupados, tendo em conta a detenção de capital cultural e económico ao alinharmos pela proposta bourdiana (Bourdieu, 2002) de que as práticas resultam de uma dialética estabelecida entre as condições ambientais e um conjunto de disposições interiorizadas pelos atores que se materializam em determinados estilos de vida. Consideramos que a frequência do curso de agricultura biológica pode estar associada a determinados estilos de vida, no sentido de uma identificação com um modo de vida mais saudável e seguro marcado, designadamente, por hábitos alimentares de qualidade. Como Turninger (2010) sugere, o consumo de produtos biológicos, mais acessível em meio urbano, onde estão disponíveis, nomeadamente, nas grandes superfícies, é um importante veículo de identidade pessoal e diferenciação (p. 41). Hoje a ideia de soberania alimentar que, inicialmente postulado pelo movimento social da Via Campesina<sup>2</sup>, tende a ganhar força como ideologia contra o agronegócio e a agricultura convencional. “Esta noção surgiu como um contraponto político ao ideário da Segurança Alimentar – nos seus mais variados subtipos – que é defendido pela FAO” (Alem, D; Oliveira, Gilca Garcia; Oliveira, J. e

---

<sup>2</sup> Um movimento social internacional que representa a voz dos camponeses e camponesas. “Reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem terra, jovens e mulheres rurais, indígena, migrantes trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construído sobre um forte sentido de unidade, a solidariedade entre esses grupos, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça e a dignidade social e se opõe fortemente ao agronegócio que destrói as relações sociais e a natureza”. Integra 181 organizações locais e nacionais de 81 países de África, Ásia, e América e representa cerca de 200 milhões de agricultores. Fonte: <https://viacampesina.org/es/>. Disponível em 23 de junho de 2018.

Imbirussú, E., 2015, p. 18). Pode ser enunciado como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo<sup>3</sup>.”

É partindo do quadro teórico exposto e inspirados nas diversas razões que estão na base da adesão a práticas de agricultura biológica em contexto urbano que nos questionamos, numa perspetiva sociológica, sobre as motivações e as repercussões da formação em agricultura biológica ministradas pela Lipor.

### **Abordagem extensiva da formação em agricultura biológica: o caso da Academia Lipor**

A análise desenvolvida orientou-se por um paradigma de abordagem extensivo das motivações dos formandos e das repercussões dos cursos de formação em agricultura biológica ministrados pela Lipor. A escolha do caso foi motivada pela notoriedade da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto –, e pelo seu reconhecimento enquanto um polo de desenvolvimento sustentável dos 8 municípios da Área Metropolitana do Porto que a integram, concretizado, nomeadamente, na ação da Academia Lipor/Horta da Formiga. A Academia Lipor, criada em 2002, tem como missão “desenvolver e aperfeiçoar competências através da formação e qualificação de pessoas”<sup>4</sup>. Com este intuito desenvolve um plano de formação amplo orientado para o público em geral, que integra, desde 2002, a designada Formação Bio, “uma formação prática em agricultura biológica, compostagem e jardinagem, capacitando o cidadão para melhores práticas ambientais e para ações na área da agricultura biológica, com o objetivo de disseminar as técnicas de agrícolas sustentáveis junto do cidadão urbano”<sup>5</sup>.

Trata-se de uma formação certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e pela Fundação para os Estudos e Formação Autárquica (CEFA) que comporta uma vertente teórica e uma vertente prática, em que são ministrados os conceitos básicos de agricultura biológica, exemplificados em contexto real de trabalho na Horta da Formiga, tendo os formandos oportunidade de realizar exercícios de observação e prática.

A proximidade ao objeto de estudo por via da formadora favoreceu o acesso à base de dados dos formandos que frequentaram o curso de Agricultura Biológica 1 (AB1), reunindo-se assim as condições necessárias para a definição de um objeto empírico por excelência<sup>6</sup>. Entre

---

<sup>3</sup> Fonte: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Disponível em 23.06.2018.

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.lipor.pt/pt/servicos/academia-lipor/>. Acedido em 12.06.2017.

<sup>5</sup> Fonte: <https://www.lipor.pt/pt/servicos/academia-lipor/>. Acedido em 12.06.2017.

<sup>6</sup> Este artigo usa as informações empíricas recolhidas no âmbito da tese de mestrado em agricultura biológica do Instituto Politécnico de Viana do Castelo de Ferreira, C. (2017).

2006 e 2016, o curso de AB1, foi frequentado por cerca de 1 200 pessoas em duas edições por ano. Em novembro de 2014, é criado o curso de Agricultura Biológica 2, que tem realizado igualmente duas edições por ano, tendo sido frequentado por 93 pessoas. Tendo em conta a representatividade, a importância e a solidez dos cursos de AB1, o público-alvo em estudo foi constituído pelos formandos deste curso que constavam na base de dados da Lipor entre 2006 e 2016, num total de 1 120 pessoas.

O objetivo geral do estudo foi avaliar a formação em AB1 em contexto urbano de modo a captar as motivações dos formandos e as suas repercussões nas várias dimensões da vida. Como objetivos específicos, pretendíamos conhecer o perfil sociodemográfico e classista das pessoas que frequentaram a formação de iniciação em agricultura biológica, as motivações que estiveram na origem do investimento formativo, bem como equacionar os potenciais impactos da mesma no seu quotidiano.

Do ponto de vista metodológico, para a determinação do lugar de classe usamos a Matriz de Construção dos Lugares de Classe dos Indivíduos de Magalhães (2010), que é uma atualização no que se refere à Classificação Nacional de Profissões de 1994 da construída por Almeida, Costa e Machado (1988; 1990 in Magalhães 2010).

De modo a avaliar os impactos da formação foram formuladas quatro hipóteses teóricas, a saber: i) a frequência do curso de AB1 facilita uma mudança profissional; ii) a frequência do curso de AB1 promove uma alteração de hábitos alimentares; iii) a frequência do curso de AB1 fomenta a saúde dos formandos; iv) a frequência do curso de AB1 resulta em benefícios sociais, comunitários e ambientais.

Para testar estas hipóteses, optou-se por recorrer a uma metodologia quantitativa de recolha de dados, construindo um inquérito por questionário aplicado *on line*, baseado em três grandes eixos de análise: i) decisão de frequência do curso; ii) caracterização sociodemográfica e classista; iii) impacto do curso no quotidiano dos formandos. A desconstrução de cada um dos eixos que correspondem a dimensões de análise, foi levada a cabo tendo em conta uma bateria de indicadores, que facilitaram o desenho das questões a colocar e a medição das variáveis que se pretendiam estudar.

Das 1 120 pessoas que integravam o nosso objeto empírico, apenas 840 tinham endereço eletrónico e se constituíram como potenciais respondentes ao inquérito por questionário *on line*. O questionário esteve disponível durante dezasseis dias na plataforma *surveymonkey* e o número de respostas obtidas foi de 265, representando um total de 31,5% dos formandos contactados. Uma das limitações desta técnica de inquirição extensiva *on line*, decorre da lógica de perguntas fechada, que procuramos ultrapassar ao prever uma categoria de “outra/s” como opção de resposta em aberto, porém sem qualquer adesão por parte dos inquiridos.

A plataforma utilizada permitiu, num primeiro momento, extrair a informação obtida para uma folha de cálculo Excel, tendo sido tomada a opção de adaptá-la posteriormente ao programa de tratamento estatístico de dados IBM SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*, com objetivos meramente descritivos e exploratórios.

Para além de uma análise univariada, fizeram-se vários cruzamentos bivariáveis, tentando estabelecer relações entre as dimensões de impacto analisadas entre si, bem como com as variáveis ‘sexo’, ‘escolaridade’ e ‘lugar de classe de família’. Testamos a associação entre as variáveis utilizadas nos referidos cruzamentos, apurando relações de dependência entre si através do teste do Qui Quadrado. Apenas as dimensões alimentar e saúde revelaram uma relação de dependência, que teremos oportunidade de aprofundar mais adiante. Nos restantes casos, ora por termos verificado que não estavam reunidas as condições de aplicabilidade do teste, ora porque não se evidenciaram resultados estatisticamente significativos, não apuramos quaisquer outras relações de dependência, facto a que não será alheia a grande homogeneidade dos dados recolhidos.

### **Perfis sociodemográficos, profissionais e classistas dos formandos**

O perfil sociodemográfico dos sujeitos que frequentaram os cursos de formação aponta para pessoas de ambos os sexos, casadas e com idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos. A observação da tabela 1 mostra uma ligeira preponderância feminina e um maior número de pessoas com mais de 65 anos do que com menos de 34, constituindo um indício de que a aposta na agricultura biológica é uma característica pouco comum entre os jovens adultos, sendo mais atrativa a partir dos 35 anos de idade.

**Tabela 1**  
**Socio-demografia dos inquiridos**

		%
Sexo	Masculino	44,1
	Feminino	55,9
Escala etária	18-34	0,4
	25-34	9,8
	35-49	39,4
	50-64	38,6
	65 +	11,8
Estado civil	Solteiro	15,7
	Casado	60,6
	União de facto	14,2
	Divorciado/separado	7,5
	Viúvo	2,0

(n=245)

Fonte: inquérito *on line*.

Do ponto de vista da origem territorial (tabela 2), observa-se que a formação é procurada por pessoas de uma enorme variedade de concelhos de origem e de residência, atravessando o país de norte a sul e do litoral ao interior, incluindo o arquipélago dos Açores. Fica claro o predomínio da região Norte face às demais, destacando-se no seu seio a Área Metropolitana do Porto, de onde são originárias e residem, respetivamente, 170 (66,9%) e 220 (88,6%) das pessoas inquiridas.

Procurando classificar os concelhos de origem e de residência quanto à sua natureza rural ou urbana, e não dispondo de informação para as freguesias, foi possível a partir da proposta do INE (2014) identificar uma maioria de inquiridos natural e residente em concelhos predominantemente urbanos (tabela 4). Essa maioria atinge valores superiores a 70% se lhe acrescentarmos os indivíduos naturais e/ou residentes em concelhos predominantemente ou medianamente urbanos. Já do lado oposto, apenas 6,7% dos formandos são naturais de concelhos medianamente urbanos ou predominantemente rurais e 2% residem atualmente em concelhos com esta mesma classificação, o que nos permite classificar os inquiridos como potenciais integrantes de alguns segmentos dos novos rurais. O segmento daqueles que não vivem, geralmente, no campo, têm uma cultura pro-campo, são amigos do campo mesmo vivendo na cidade (Covas, 2009) ou daqueles “provenientes de meio urbano que, motivados por razões socioeconómicas, culturais e/ou ambientais, mudaram pela primeira vez ou regressaram ao meio rural, sendo que residem e/ou exercem atividades agrícolas ou não agrícolas no campo” (Leal, 2014).

**Tabela 2**  
**Território de origem e residência dos inquiridos**

		Naturalidade	Residência
		%	%
Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUT II)	Norte	87,4	96,1
	Centro	7,9	2,7
	Área Metropolitana de Lisboa	2,7	0,8
	Alentejo	0,4	0,4
	Algarve	0,8	-
	Região Autónoma dos Açores	0,8	-
Tipologia de área urbana	APU	55,1	54,7
	APU/AMU	16,5	23,2
	APU/APR	2,8	0,4
	APU/AMU/APR	18,9	19,7
	AMU/APR	6,7	2,0
		(n=254)	(n=254)

Fonte: inquérito *on line*. Legenda: APU – Área Predominantemente Urbana; AMU – Área Medianamente Urbana; APR – Área Predominantemente Rural.

O perfil escolar, profissional e classista dos inquiridos e do seu grupo doméstico revela que estamos maioritariamente face a uma população escolarizada composta por profissionais qualificados que ocupam lugares de nível superior da hierarquia profissional, integrantes da burguesia ou de suas frações.

A grande maioria dos inquiridos é detentora de um diploma de ensino superior, com predomínio do grau de licenciado ou bacharel (tabela 3). Este quadro repete-se no que aos cônjuges dos formandos diz respeito. Trata-se de um cenário que sugere uma aposta na agricultura biológica feita, potencialmente, por pessoas e agregados familiares escolarizados.

**Tabela 3**  
**Escolaridade dos inquiridos e cônjuges**

	Inquirido	Cônjuge
	%	%
1.º Ciclo do Ensino Básico	-	1,9
2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	4,3	5,9
Ensino secundário	20,1	23,4
Licenciatura/Bacharelato	55,5	51,7
Mestrado	16,5	13,7
Doutoramento	3,6	3,4
	(n=254)	(n=205)

Fonte: inquérito *on line*.

Voltando a atenção para a profissão exercida, somos remetidos para um extenso e diversificado conjunto de profissões: 233 no caso dos formandos; 182 no caso dos respetivos cônjuges. O recurso à Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 permitiu-nos agregar esta variedade em grandes grupos, apurando-se um predomínio dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (tabela 4). E se a estes se acrescentar o segundo grande grupo mais retratado – representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos – obtém-se um cenário em que mais de 70%, no caso dos formandos, e mais de 60%, no caso dos cônjuges, é composto por profissionais altamente qualificados que ocupam lugares superiores da hierarquia profissional. Por oposição, observa-se uma ínfima representação das profissões desqualificadas, do mesmo modo que a presença de agricultores é residual, o que nos indicia a hipótese de o curso ser frequentado por alguns segmentos dos novos rurais (Covas, 2009). Mais de metade dos formandos e seus cônjuges estão empregados, trabalhando, ou tendo trabalhado, maioritariamente, por conta de outrem. O trabalho por conta própria tem alguma expressão, na modalidade sem assalariados no caso dos formandos, e na modalidade de entidade empregadora de assalariados para os seus cônjuges. É igualmente significativo o número de reformados, mais relevante entre os formandos do que entre os cônjuges (tabela 5).

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

**Tabela 4**  
**Profissão dos inquiridos e cônjuges (%)**

	Inquirido	Cônjuge
Profissões das Forças Armadas	0,9	0,6
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	11,1	11,5
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	58,9	52,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6,4	7,1
Pessoal administrativo	10,2	9,9
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	6,0	11,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e da floresta	1,3	0,6
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4,3	4,9
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	-	1,1
Trabalhadores não qualificados	0,9	1,1
	(n=234)	(n=182)

Fonte: inquérito *on line*.

**Tabela 5**  
**Condição perante o trabalho e situação na profissão dos inquiridos e cônjuges**

Condição perante o trabalho	Inquirido	Cônjuge
Empregado	59,9	72,3
Desempregado	9,8	7,3
Reformado	22,8	15,5
Incapacitado para o trabalho	-	0,5
Outra	7,5	4,4
	(n=254)	(n=206)
Situação face à profissão		
Trabalhador por contra própria com empregados	6,8	12,3
Trabalhador por contra própria sem empregados	10,4	8,9
Trabalhador independente/recibo verde	8,6	3,9
Trabalhador por conta de outrem	61,1	67,0
Trabalhador familiar não remunerado	2,7	1,7
Outra	10,4	6,2
	(n=221)	(n=179)

Fonte: inquérito *on line*.

Com base nesta informação e com recurso à grelha de Magalhães (2010) determinamos o lugar de classe do agregado doméstico dos formandos (ou dos próprios no caso de serem solteiros), revelando uma forte pertença à Pequena Burguesia Intelectual e Científica e à Burguesia Empresarial e Proprietária (Tabela 6).

Estes dados de caracterização dos formandos e seus agregados familiares corroboram aquilo que os estudos de marketing em geral apontam como sendo o perfil de consumidor biológico (Torjusen *et al.*, 2004), confirmando os resultados obtidos para o caso português por Schmidt, Fonseca e Turninger (2004): um habitante urbano, de escolaridade elevada, de meia idade. Acresce, no caso em análise, a pertença à pequena burguesia (sobretudo intelectual e científica) e à burguesia (sobretudo empresária e proprietária, bem como profissional).

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

**Tabela 6**  
**Lugar de classe do agregado doméstico**

	%
Burguesia Empresária e Proprietária	31,2
Burguesia Dirigente	5,3
Burguesia Profissional	9,0
Pequena Burguesia Intelectual e Científica	36,0
Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio	6,9
Pequena Burguesia Independente e Proprietária	1,1
Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada	1,1
Pequena Burguesia de Execução	7,4
Operariado Industrial	0,5
Operariado Pluriativo	1,6
Total	100

(n=189)

Fonte: inquérito *on line*.

### Motivações e impactos da formação em agricultura biológica

De acordo com os objetivos de análise, os significados da frequência de formação em agricultura biológica foram analisados a partir de 4 dimensões: a decisão para a frequência do curso; os impactos do curso ao nível profissional; as repercussões na saúde e bem-estar; as implicações social, comunitária e ambiental.

**Tabela 7**  
**Motivos do investimento na formação em agricultura biológica**

Motivações	N ° respostas	% de casos <sup>(*)</sup>
Melhorar os conhecimentos		
Por curiosidade e enriquecimento pessoal	101	38,1
Porque queria saber mais sobre agricultura biológica	194	73,2
Consumo, saúde e bem-estar		
Por motivos de poupança no orçamento familiar	6	2,6
Por uma questão de saúde e bem-estar	97	36,6
Aplicação na horta para consumo próprio	183	69,1
Ideologia e preocupações ambientais		
Mudança de estilo de vida	25	9,4
Consciência ambiental	112	42,3
Alternativas profissionais		
Porque estava desempregado	9	3,4
Andava à procura de um novo desafio profissional	23	8,7
Porque queria montar um negócio na área da agricultura biológica	35	13,2
Outra	10	3,8

(n=265)

<sup>(\*)</sup> Aos inquiridos foi colocada uma questão de resposta múltipla, podendo assinalar mais do que uma opção de resposta e até três. A percentagem de casos apresentada diz respeito, por isso, ao número de respostas obtido em cada opção em relação ao número de respostas consideradas válidas. Fonte: inquérito *on line*.

A decisão pela frequência da formação em agricultura biológica radica em 2 grandes grupos de motivações, a saber: i) melhoramento dos conhecimentos; ii) consumo, saúde e bem-estar. Porém, num contexto em que os inquiridos eram convidados a optar por 3 razões, adquirem preponderância alguns aspetos específicos que vale a pena salientar. Por um lado, destaque para o aprofundamento dos conhecimentos sobre agricultura biológica, enumeradas por 73% dos inquiridos, e a aplicação da aprendizagem para efeitos de consumo próprio, destacadas por 69%, e, por outro, as preocupações ambientais demonstradas por 42% dos respondentes (tabela 7).

A análise das repercussões da formação revela alguma coerência com aquilo que foram as motivações enumeradas. De facto, tal como constatamos que a frequência da formação não foi motivada por razões profissionais, também parece não ter impactos relevantes no domínio profissional. O impacto profissional da frequência do curso parece ser o menos significativo, com apenas 18,7% dos formandos a referirem que a formação promoveu algum tipo de mudança profissional. Entre estes, destaca-se uma tendência para a agricultura assumir uma função de complementaridade com a profissão exercida, quer em termos de segunda atividade profissional, quer de dedicação para consumo próprio. Vale a pena referir que quase um quarto dos inquiridos manifestou o desejo de, no futuro, virem a exercer uma atividade agrícola (tabela 8), o que vai de encontro ao facto de em Portugal a agricultura ser, em grande, parte uma atividade profissional complementar (Lima, 1985).

**Tabela 8**  
**Mudanças profissionais**

Tipo de mudança profissional	%
Fui trabalhar para a área agrícola por conta de outrem	4,3
Mantenho a minha profissão e complementei a minha atividade com a dedicação a um negócio na área agrícola	12,8
Mantenho a minha profissão e acumulei uma atividade na área agrícola para consumo próprio	14,9
Fui trabalhar para a área agrícola por conta própria	17,0
Mantenho a minha profissão, mas pretendo vir a ter uma atividade profissional na área agrícola	23,4
Outra	27,6
Total	100,0

(n=47)

Fonte: inquérito *on line*.

A dimensão consumo alimentar (190 – 75,4%), saúde e bem-estar (191 – 76,4%) é apontada por mais de  $\frac{3}{4}$  dos formandos como tendo sido alvo de alterações decorrentes da frequência do curso de agricultura biológica 1.

Dos 190 formandos que afirmaram ter alterado os hábitos de consumo alimentar na sequência da formação (tabela 9), a grande maioria passou a optar por alimentos de produção

biológica. É igualmente significativo e em situação *ex aequo* os formandos que passaram a optar por produtos de origem nacional e por produtos produzidos pelos próprios. As razões para essas opções dietéticas foram relacionadas ao reconhecimento quase unânime de que fornecem uma dieta saudável para a família, tal como sugerido por outros estudos, como a rede de hortas urbanas orgânicas de Barcelona (EUGO 2012; Simon-Rojo *et al.*, 2016) ou os jardins comunitários urbanos em Wisconsin, EUA (Ghose e Pettygrove, 2014).

A justificação para estas opções alimentares está no reconhecimento quase unânime de que promovem uma “alimentação saudável para a família”. Com muito menos importância, ao serem apontadas por cerca de 30% dos inquiridos, surgem razões associadas à consciência e preocupação ambientais, bem como a “segurança alimentar”.

**Tabela 9**  
**Consumo e alimentação após a frequência do curso**

	Nº de respostas	% de casos
Opções de consumo alimentar após a formação		
Alimentos de produção nacional	132	70,2
Alimentos produzidos pelo próprio	132	70,2
Alimentos de produção biológica	145	77,1
Outro	6	3,2
Razões para as alterações nas opções alimentares		
Segurança alimentar	59	31,4
Contributo para preservar os recursos para as próximas gerações	63	33,5
Contributo para diminuir a poluição ambiental	67	35,6
Alimentação saudável para mim e para a minha família	182	96,8

(n=265)

(\*)

Aos inquiridos foi colocada uma questão de resposta múltipla, podendo assinalar mais do que uma opção de resposta e até três. A percentagem de casos apresentada diz respeito, por isso, ao número de respostas obtido em cada opção em relação ao número de respostas consideradas válidas..

Fonte: inquérito *on line*.

São notórios os benefícios para a saúde física e mental referenciados pelos inquiridos (190 – 75,4%). No caso da saúde física, o destaque vai para o aumento da atividade física, ao qual se associam outros dois benefícios diretamente relacionados, designadamente o “aumento da mobilidade e flexibilidade” e o “aumento da resistência e força”. De referir ainda que a diminuição do colesterol e dos fatores de risco de patologias cardíacas é também apontada por 32,1% dos casos (tabela 10). Já do ponto de vista psicológico, referem-se como benefícios a “sensação de bem-estar” e “a sensação de orgulho e sentido de produtividade”. Entre as respostas obtidas, parece ainda importante destacar a redução do *stress* e do cansaço.

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

**Tabela 10**  
**Benefícios psicológicos e físicos da frequência do curso**

	Nº respostas	% de casos <sup>(*)</sup>
<b>Benefícios físicos</b>		
Diminuição do colesterol e dos fatores de risco de patologias cardíacas	61	32,1
Aumento da resistência e força	78	41,1
Aumento da mobilidade e flexibilidade	80	42,1
Aumento da atividade física	141	74,2
Outro	20	10,5
<b>Benefícios psicológicos</b>		
Diminuição do consumo de medicamentos	17	8,9
Diminuição da ansiedade	25	13,2
Melhoria da autoestima e autoconfiança	26	13,7
Redução do stress e do cansaço	80	42,1
Sensação de orgulho e sentido de produtividade	103	54,2
Sensação de bem-estar	125	65,8
Outro	4	2,1

(\*) Aos inquiridos foi colocada uma questão de resposta múltipla, podendo assinalar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos apresentada diz respeito, por isso, ao número de respostas obtido em cada opção em relação ao número de respostas consideradas válidas.. Fonte: inquérito *on line*.

A última dimensão analítica avaliava as implicações social, comunitária e ambiental (tabela 11) da frequência do curso. Destaca-se de novo o “sentido de responsabilidade ambiental” que o curso propicia, corroborando as preocupações ambientais igualmente observadas a propósito das alterações alimentares. A dedicação a práticas sociais saudáveis constitui a segunda consequência mais apontada, não devendo deixar de se assinalar o “sentimento de pertença ao «Mundo da Agricultura Biológica»” com todo o significado que esta assume como orientação ideológica de vida. Porém, as repercussões em termos de interação social são relativamente fracas, o que de alguma forma contraria alguns estudos Europeus (Schmutz *et al.*, 2014; Mourão *et al.*, 2018) e da América do Norte (Draper e Freedman, 2010), que referem os impactos positivos na socialização como resultado da participação em hortas urbanas. Talvez, esta discrepância face aos estudos internacionais possa ser imputada a um nível prévio de interações sociais prévias elevadas, presumivelmente consequência de seu alto nível académico (76% dos respondentes tinham ensino superior) e situação profissional (59% eram especialistas em trabalhos intelectuais e científicos e 60% estavam empregados).

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

**Tabela 11**  
**Implicações sociais, comunitários e ambientais da frequência do curso**

	Nº respostas	% de casos <sup>(*)</sup>
Aumento da interação social	30	15,8
Aumento da interação familiar	37	19,5
Sentimento de pertença ao «Mundo da Agricultura Biológica»	70	36,8
Aumento de práticas sociais saudáveis	90	47,4
Sentido de responsabilidade ambiental	152	80,0
(n=265)		

(\*) Aos inquiridos foi colocada uma questão de resposta múltipla, podendo assinalar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos apresentada diz respeito, por isso, ao número de respostas obtido em cada opção em relação ao número de respostas consideradas válidas.

Fonte: inquérito *on line*.

A abertura à possibilidade de os formandos se pronunciarem sobre outros benefícios resultantes da frequência do curso permitiu corroborar, em grande medida, as repercussões já enunciadas. Os benefícios no domínio da socialização e do ambiente e sustentabilidade ecológica, reiteram as implicações ao nível social, comunitário e ambiental. Porém, a vertente da interação social e familiar parece ser a menos valorizada em Portugal, comparativamente com os resultados de outros de estudos, nomeadamente os de Dunnet e Qasim (2010) para Inglaterra, o que nos levaria a refletir sobre as características culturais e de modelos de interação entre países.

### Considerações conclusivas

O curso de agricultura biológica parece ter um impacto positivos nas vidas quotidianas, introduzindo algum tipo de alterações que excluem, contudo, a esfera profissional. Entre as mudanças enunciadas destacam-se: i) as transformações nos hábitos alimentares e práticas de consumo, tendo introduzido as opções por compra de produção biológica, nacional e mesmo produção própria; ii) os benefícios para a saúde física e psicológica, respetivamente com a dedicação a atividades físicas e a sensação de bem-estar; iii) as implicações sociais, comunitárias e ambientais, com destaque para a consciência ambiental.

Apesar de os resultados para Portugal corroborarem grande parte dos estudos internacionais, há particularidades que suscitam pistas de análise para indagação em estudos futuros. Como é que as características culturais nacionais condicionam os impactos das práticas da agricultura biológica e quais as representações e os significados que caracterizam o sentimento de

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

pertença ao “Mundo da Agricultura Biológica” são duas linhas de investigação sociológica que se nos afiguram pertinentes.

## Bibliografia

ALDERFER, C. P. (1967), “Convergent and discriminant validation of satisfaction and desire measures with and without preceding interviews”. *Journal of Applied Psychology*, 51: 509-520.

AXEL, T., CIESZEWSKA, A., SUPUKA, J., TÓTH, A. (2016), “Urban Agriculture goes green infrastructure”, F. Lohrberg, L. Licka, L. Scazzosi, A. Timpe (eds.), *Urban Agriculture Europe*, Berlin, Jovis Verlag GmbH, p. 126-137.

BRYANT, C. *et al.* (2016), “Urban agriculture for a global perspective”, Lohrberg F, Licka L, Scazzosi L, Timpe A (eds), *Urban agriculture Europe*, Berlin, Jovis Verlag GmbH, p. 30-37.

CATANZARO, C.; EKANEM, E. (2004), “Home gardeners value stress reduction and interaction with nature”, *Acta Horticulturae*, n.º 639, p. 269-275.

[CE] COMISSÃO EUROPEIA (2014), *Agricultura Biológica*, Comissão Europeia, [Consult. a 05-04-2017]. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/organic/index\\_pt.html](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/index_pt.html)>.

COVAS, A. (2009), “Neo-Rurais e mercados emergentes em agricultura – O campo revisitado”, in *Seminário Desenvolvimento Rural: tendências e oportunidades*, Serpa, 2 e 3 de dezembro de 2009. Texto policopiado.

COVAS, A.; COVAS, M. (2012), *A caminho da segunda ruralidade: uma introdução à temática dos sistemas territoriais*, Lisboa, Colibri.

DE BON, H.; PARROT, L. (2010), “Sustainable urban agriculture in developing countries”, *Agronomy for Sustainable Development*, n.º 30, p. 21-32. DOI: 10.1051/agro:2008062.

DELGADO, C. (2017), “Mapping urban agriculture in Portugal: Lessons from practice and their relevance for European post-crisis contexts”, *Moravian Geographical Reports. The Journal of Institute of Geonics of the Czech Academy of Sciences*, CAS, n.º 25 (3), p. 139-153. DOI: <<https://doi.org/10.1515/mgr-2017-001>>.

DIENER, E.; PRESSMAN, S.D.; HUNTER, J.; DELGADILLO-CHASE, D. (2017), “If, Why, and When Subjective well-being influences health, and future needed research”, *Applied Psychology. Health and Wellbeing*, n.º 9 (2), p. 133-167.

DIENER, E.; TAY, L. (2015), “Subjective well-being and human welfare around the world as reflected in the Gallup World Poll”, *International Journal of Psychology*, n.º 50 (2), p. 135-149.

DRAPER, C.; FREEDMAN, D. (2010), “Review and analysis of the benefits, purposes, and motivations associated with community gardening in the United States”, *Journal of Community Practice*, n.º 18 (4), p. 458-492.

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

DUNNETT, N.; QASIM, M. (2000), “Perceived benefits to human well-being of urban gardens”, *HortTechnology*, n.º 10, p. 40-45.

[ENAB] ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA (2017), *Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017*, Diário da República, 1.ª série, n.º 144, 27 de julho, [Consult. a 02-02-2017]. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/a/107761804>>.

[EP] EUROPEAN PARLIAMENT (2016), *Human health implications of organic food and organic agriculture*. Science and Technology Options Assessment (STOA), Directorate-General for Parliamentary Research Services, n.º 82.

[EU] EUROPEAN UNION (2013), *General Union Environment Action Programme to 2020 ‘Living well, within the limits of our planet’*. Decision No 1386/2013/EU of the European Parliament and of the Council, Official Journal of the European Union, L 354/171, 28.12.2013.

[EUGO] EUROPEAN URBAN GARDEN OTESHA (2012), *State of the art of urban gardens in Europe*. Grundtvig Multilateral Project, Lifelong Learning Programme of the European Union.

[FAO] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (2007), *Report – International Conference on Organic Agriculture and Food Security*. FAO, Rome, OFS/2007/REP.

[FAO] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (2012), *Growing greener cities*. Programme for Urban and Peri-urban Horticulture, AGP, FAO, Rome, I1610E/1/6.10/1000.

FERREIRA, Cristina (2017), *Avaliação do impacto das ações de formação em agricultura biológica na Lipor*, Tese de mestrado, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

GHOSE, R.; PETTYGROVE, M. (2014), “Urban community gardens as spaces of citizenship”, *Antipode*, n.º 46 (4), p. 1092-1112.

HAWKINS, J.L.; THIRLAWAY, K.J.; BACKX, K.; CLAYTON D.A. (2011), “Allotment gardening and other leisure activities for stress reduction and healthy aging”, *HortTechnology*, n.º 21 (5), p. 557-585.

HERZBERG, F. (1964), “The motivation-hygiene concept and problems of manpower”. *Personnel Administration*, 27(1), p. 3-7.

LEAL, Duarte (2014), *O povoamento neo-rural em Portugal Continental: riscos e oportunidades para o planeamento do espaço rural*, Tese de mestrado, Lisboa, Instituto Superior Técnico de Lisboa.

LIMA, A.V. (1985), “O rendimento em Portugal ao longo da última década”, *Análise Social*, n.º 87/88/89, p. 499-526.

MASLOW, A. H. (1943), “A theory of human motivation”, *Psychological Review*, 50(4), 370-396. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1037/h0054346>>.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. ([2002]2009), *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Brasília, Ed. UNESP.

MOURÃO, I.; MOREIRA, M.C.; ALMEIDA, T.C.; BRITO, L.M. (2019), “Perceived changes in well-being and happiness with gardening in urban organic allotments in Portugal”, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, n.º 26 (1), p. 79-89.

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

OKVAT, H.A.; ZAUTRA, A.J. (2011), “Community gardening: A parsimonious path to individual, community, and environmental resilience”, *American Journal of Community Psychology*, n.º 47, p. 374-387.

PARTALIDOU, M.; ANTHOPOULOU, T. (2017), “Urban allotment gardens during precarious times: from motives to lived experiences”, *Sociologia Ruralis*, n.º 57, p. 211-228.

PITMAN, S.D.; DANIELS, C.B.; SUTTON, P.C. (2017), “Characteristics associated with high and low levels of ecological literacy in a western society”, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 25 (3), 227-237.

POULSEN, M.N. *et al.* (2014), “Growing an urban oasis: A qualitative study of the perceived benefits of community gardening in Baltimore, Maryland”, *Culture, Agriculture, Food and Environment*, n.º 36 (2), p. 69-82.

SCHMUTZ, U. *et al.* (2014), “The benefits of gardening and food growing for health and wellbeing”, *Growing Health*, Garden Organic and Sustain, p. 45.

SMITH, G.; ARCHER, R.; NANDWANI, D.; LI, J. (2017), “Impacts of urbanization: Diversity and the symbiotic relationships of rural, urban, and spaces in-between”, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, n.º 25 (3), p. 276-289.

STIGLITZ, J.E.; SEN, A.K.; FITOUSSI, J.P. (2009), *The measurement of economic performance and social progress revisited: Reflections and Overview*. Paris. Sciences Po publications.

TRUNINGER, M. (2010), *O Campo Vem à Cidade: Agricultura Biológica, Mercado e Consumo Sustentável*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

TUOMISTO, H. L.; HODGE, I. D.; RIORDAN, P.; MACDONALD, D. W. (2012), “Does organic farming reduce environmental impacts? A meta-analysis of European research”, *Journal of Environmental Management*, n.º 112, p. 309-320.

WHELAN, D.C.; ZELENSKI, J.M. (2012), “Experimental evidence that positive moods cause sociability”, *Social Psychological and Personality Science*, n.º 3, p. 430-437.

**Cristina Parente.** (autora de correspondência). Professora Associada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Investigadora Integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto. E-mail: cparente@letras.up.pt. –

**Rui Santos.** Técnico Superior de Sociologia na Câmara Municipal de Santo Tirso (Santo Tirso, Portugal). Investigador colaborador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de Correspondência: Câmara Municipal de Santo Tirso, Praça 25 de Abril, s/n, 4780-373 Santo Tirso, Portugal. E-mail: rsantos@cm-stirso.pt; rsantos@letras.up.pt.

PARENTE, Cristina, SANTOS, Rui e RAMOS, Madalena (2019), “Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVIII, pp. 110-130.

**Madalena Ramos.** Professora Associada do Departamento de Métodos de Pesquisa Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa, Portugal). Investigadora Integrada do CIES-IUL (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Avenida das Forças Armadas, s/n, 1649-026 Lisboa, Portugal. Email: madalena.ramos@iscte-iul.pt.

Artigo recebido em 12 de setembro de 2019. Aprovada a publicação em 3 de dezembro de 2019.